

# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

## ATA Nº 01/2022: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA –(CMDR)-----

No décimo dia do mês de fevereiro de 2022, reuniram-se no Centro de Difusão e Tecnologia – CDT do IDR-PR-IAPAR-EMATER, às 14h00min, os membros do CMDR eleitos durante a 10ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, acontecida no dia onze de novembro de 2021, para realização de sua reunião ordinária sendo os seguintes os assuntos de pauta: **1. Aprovação da pauta proposta; 2. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 3. Palavra do Secretário de Agricultura; 4. Eleição da nova Diretoria Executiva do CMDR para a Gestão 2021/2023; 5. Formação das Comissões Permanentes; 6. Palavra Aberta; 7. Encerramento.** Não havendo ainda Diretoria Executiva formalmente eleita, iniciou a reunião o Conselheiro servidor José Aparecido da Silva apresentando aos presentes a pauta com os assuntos a serem tratados na reunião, que foi aprovada por todos. Passando ao segundo assunto a ser tratado, os conselheiros, tendo recebido previamente a ata da reunião anterior, se manifestaram pela sua aprovação. Na sequência passou a palavra ao Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento, Régis Choucino que após breve apresentação pessoal deu as boas-vindas aos Conselheiros e manifestando expectativa de realização de um bom trabalho por parte do CMDR nesta gestão, e disponibilizando a SMAA para contribuir com o andamento do Conselho. Dando continuidade à reunião, o Conselheiro José Aparecido da Silva, servidor indicado pela Secretaria Municipal de Educação informou que, conforme consta da ata da reunião de dezembro de 2021, o Conselheiro Marcos Pedraci, tendo chamando para si o compromisso de articular a composição da nova Diretoria Executiva do CMDR, assim o procedeu, e contando com o aval do Secretário de Agricultura, o convidou para assumir a Presidência do CMDR. Também que articulou com o Conselheiro, Márcio de Lima Urbaneja, servidor indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA para assumir a Vice-Presidência. Assim relatando tal articulação e sendo necessário completar as outras cadeiras da Diretoria Executiva, fez convite aos demais conselheiros indicados pelo Poder Público para que assumissem com eles a Diretoria Executiva do CMDR tendo se apresentando o Conselheiro Marcos Antonio Pedraci para assumir a Secretaria Geral, o servidor João Gregório da Silva Filho para a Vice-Secretaria Geral e o servidor Adriano Giacomini para a Secretaria de Comunicação. Indicados os nomes o Conselheiro José fez então a apresentação formal para a assembleia da composição da Diretoria Executiva tendo sido aprovada pelos presentes. O então Presidente eleito deu sequência à reunião informando que existem algumas comissões permanentes que são parte do Conselho e após breve explicação do papel de cada uma convidou os Conselheiros presentes a participarem das mesmas sugerindo que uma linha de afinidade pudesse nortear a escolha. Assim a Comissão de Ética ficou composta pelo(a)s Conselheiro(a)s Genny Seifert Santos, Paulo Maurício Acquarolle, Leonardo Sturion e Márcio de Lima Urbaneja; a de Acompanhamento ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR pelos Conselheiros Marcelo Volpe Peluso, Felisberto Cabrera e Adriano Giacomini; a de Acompanhamento a Projetos e Ações de Desenvolvimento Rural pelos Conselheiros Paulo

42 M. Acquarolle e Marcos Pedraci e a de Comunicação e Educação Permanente do Controle  
43 Social, no momento, apenas pela Conselheira Mileni Alves Secon. Ficou definido que como  
44 nem todos os Conselheiros estavam presentes na reunião, e havendo a possibilidade de que  
45 mais conselheiros possam ingressar nas comissões, que seria enviado através do grupo  
46 criado em aplicativo de mensagens, um convite para que os demais Conselheiros também  
47 se incluam em alguma dessas comissões. Aberto o sexto item da pauta – Palavra Aberta- o  
48 Conselheiro Marcio Urbaneja comunicou aos presentes que encontravam-se em andamento  
49 junto ao Governo do Estado celebrações de convênios com os objetivos de realizar o  
50 calçamento poliédrico (com pedras irregulares) nas vias rurais conhecidas por “Venda do  
51 Alto” ou Saltinho, oficialmente nominada Antonio Pieroli, numa extensão de 5,085 metros  
52 localizada no Distrito de Espírito Santo, e “Ponto Mineiro” também conhecida por “Santa  
53 Maria do Bulle” numa extensão de 4.410 metros, situada no Distrito de São Luiz, e que para  
54 atender demandas de documentação apresentadas pelo Governo do Estado seria  
55 necessário constar em ata que o CMDR teve ciência do assunto com sua respectiva  
56 aprovação quanto ao pretendido para aquelas vias. Não houve óbices sendo aprovadas as  
57 indicações de aplicação dos calçamentos. O Conselheiro Paulo Acquarolle pediu a palavra  
58 para chamar a atenção quanto a importância de que todos os Conselheiros eleitos se façam  
59 presentes nas reuniões do CMDR, em particular os da parte do Poder Público pois é do seu  
60 entendimento que se o(a) servidor(a) foi indicado(a) pelo(a) seu(sua) respectivo(a)  
61 Secretário(a) e se há uma agenda pré definida quanto as reuniões do CMDR, elas passam a  
62 ser prioridades naquele dia de serviço. Complementado o exposto a Conselheira Genny  
63 chamou a atenção quanto a importância do papel do conselheiro suplente, sendo um deles o  
64 de substituir o titular quando de sua impossibilidade eventual de participar de reuniões e  
65 assim ratificar a representatividade daquele segmento nas reuniões. A conselheira Milene,  
66 na mesma linha, sugeriu que o(a)s Senhore(a)s Secretário(a)s Municipais fossem oficiados  
67 quanto a importância e necessidade da presença daquele(a) servidor(a) indicado(a) estar  
68 presente nas reuniões do CMDR. O Conselheiro Marcio pediu a palavra para colocar em  
69 discussão a sugestão de que as reuniões possam ser realizadas de forma remota (virtual)  
70 entendendo poder ser mais ágil e com possibilidade maior de participação de todos os  
71 conselheiros. Houve manifestações favoráveis e contrárias por parte dos presentes e posta  
72 a proposta em discussão 10 conselheiros votaram favoráveis às reuniões presenciais e 4  
73 votaram contrariamente. Não houve abstenções. A conselheira Genny atentou quanto aos  
74 locais em que acontecerão as próximas reuniões do CMDR. Disse que nas últimas gestões,  
75 exceto a última onde o isolamento social imposto pela pandemia não permitiu, as reuniões  
76 ordinárias aconteciam nas sedes de um dos representantes de segmento como forma de  
77 democratizar os espaços e de proporcionar a todos conhecer suas respectivas localidades e  
78 realidades, e que este costume poderia ser retomado. Justificaram as ausências os  
79 Conselheiros Paulo Roberto Mrtvi e Caroline Tomaz Sakakura. Não havendo mais assuntos  
80 a tratar o Presidente do CMDR agradeceu a presença e participação dos Conselheiros  
81 dando por encerrada a reunião. Eu, Marcos Antonio Pedraci, lavei esta ata, que aprovada  
82 pelos Conselheiros, vai assinada à parte em lista de presença.

**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRIINA**  
Londrina – Paraná

"A aplicação democrática consistente e eficiente da política agrícola municipal é função da participação ativa de nossas lideranças"

**LISTA DE PRESENÇA- REUNIÃO ORDINÁRIA- 10/02/2022**

**SALA D, CDT, às 14h00**

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO/ENTIDADE	CIDADE	EMAIL/TEL.
01	Proréd			
02	Juliana A. Soehn	União Rural	Edma	99980-5887
03	Marina Martins	CRAS Rural	Madua	(44) 99949-2132
04	Fátima Silva da Costa	CRAS Puroc	Comgrip	99542-8303
05	Marcio Colla	União RASA	Londrina	43 99951-9108
06	Paulo Acovque	S.R.P. - UNIVIVA	UNIVIVA	43 95644-6531
07	Demando Sturven	UTEP R	Londrina	(43) 99993.0254
08	Alvaro Gregório	SUA A A	Londrina	999413210
09	Adriano Mendes Rodry	SEMA	Londrina	9 88254300
10	Eduardo Santos Louren	SUMA	Londrina	43 99994.9571
11	Eduano Liccomani	PMI / OBRAS	Londrina	43 98821-2986
12	Marcio de Lima PRABANES	PMI / SMDA	Londrina	43 99632-0315
13	Julio Roberto Cabana	Coop. Ceacol.	Londrina	43 991317148
14	Jatimar W. Galastine	Coop. TODAS	Londrina	43 9008373
15	Miguel Gomes Galastine	Coop. Ceacol	Londrina	43 9954125
16	Orlando Belet Santos	IDR - Paraná	Londrina	99614-8313
17	Dirceu José Alves	IDR - Paraná	Londrina	988244959
18	Marcio Adriano Soares Almeida	SE de Londrina	Londrina	43 999953283
19	João Carlos Prates	ARRB	Londrina	951358573
20	Regis Chouaui	SMAA	Londrina	99857.0051

**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**  
Londrina - Paraná

"A aplicação democrática consistente e eficiente da política agrícola municipal é função da participação ativa de nossas lideranças"

21	Edna Lima Almeida de Souza	Sec. M. Educ.	Londrina - Londrina	pro.ressoriba@guamil.com.br
22		SME		edna.7799@guamil.com.br
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				

# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

## ATA Nº 02/2022: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA –(CMDR)-----

No terceiro dia do mês de março de dois mil e vinte e dois, reuniram-se no Centro de Difusão e Tecnologia – CDT do IDR-PR-IAPAR-EMATER, às 14h00min, os membros do CMDR eleitos durante a 10ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, acontecida no dia onze de novembro de 2021, para realização de sua reunião ordinária, sendo os seguintes os assuntos de pauta: **1. Justificativas; 2. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 3. Leitura de partes do Regimento Interno; 4. Complementação dos membros suplentes do Conselho; 5. Discussão veto do art.51 do Código de Posturas do Município; 6. Palavra Aberta; 7. Encaminhamentos; 8 Encerramento.** Iniciou a reunião o Presidente do CMDR José Aparecido da Silva apresentando aos presentes as justificativas de ausência das Conselheiras Eni do Carmo de Souza e Lauana Bolzani Viana Rosa, representantes da Secretaria de Saúde, do Conselheiro Maurício Franco Ferreira e das Conselheiras Ricielli Sousa Oliveira Vicentin e Lucimara Silveira Sposti, representantes da Comunidade Rural e dos Conselheiros Plácido Aparecido Lucas Fernandes e Rosimeire Silva dos Reis, representantes dos Trabalhadores Rurais que não puderam estar presentes à reunião. Apresentou na sequência a ata da reunião anterior, tendo sido aprovada pelos presentes, e também a sugestão de pauta com os assuntos a serem tratados na reunião, que também foi aprovada por todos. Quanto ao terceiro assunto a ser tratado, passou a palavra à Conselheira Genny Seifert Santos que apresentou aos presentes, uma compilação das normas que regem o CMDR, desde sua criação até o seu Regimento Interno, informando ter obtido as mesmas através do site da Prefeitura Municipal, na página destinada ao CMDR, informando ter verificado naquele momento que a mesma encontra-se com dados e informações desatualizados, como atas, calendário de reuniões, composição do Conselho, etc, informação esta ratificada pelo Conselheiro Sergio José Alves, tendo sido solicitado então que providências sejam tomadas para que as informações pertinentes ao CMDR constem corretamente na página. O Presidente José Aparecido da Silva solicitou à Secretaria Executiva do CMDR que encaminhasse as providências para o pronto atendimento. Continuando sua apresentação, a Conselheira, numa rápida leitura das normas, deu maior ênfase ao Regimento Interno, especialmente a alguns artigos, atentando, em particular aos novos conselheiros, quanto a necessidade de que tomem conhecimento dessas normas a fim de que, conhecendo o mecanismo de funcionamento do Conselho, possam atuar, em conformidade com as normativas em prol das atribuições que lhe são pertinentes. e distribuiu aos presentes duas cartilhas, “PARA SABER DAS COISAS – guia do Conselheiro Municipal” e “CONSELHOS EM AÇÃO – Para uma Participação Efetiva”, para auxiliar os conselheiros em suas participações durante a gestão. Entende que atualizações ao Regimento Interno são necessárias e convidou os conselheiros a apresentarem sugestões, caso assim também entendam. Após algumas manifestações, ratificou-se que é o Regimento Interno que regulamenta o funcionamento da Lei 11860/2013, que organiza a Política Municipal de Desenvolvimento Rural. Disse ser de seu conhecimento que uma proposta ou projeto de alteração para essa lei foi elaborado pela gestão que

## CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

42 antecedeu à atual, e encaminhado ao Município. Na sequência, e com pertinência ao item 3  
43 da pauta, foi apresentada proposta para que as vagas de suplência das cadeiras que não  
44 foram preenchidas por ocasião da 10ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural,  
45 fossem preenchidas encaminhando-se ofícios às entidades solicitando indicação de  
46 representantes. Houve um alerta para que se observasse o que está previsto na lei quanto a  
47 eleição dos representantes, e assim foi sugerido que a Comissão de ética do CMDR se  
48 reunisse e estudasse a situação das suplências vagas e propusesse encaminhamentos  
49 visando encontrar meios legais para que as cadeiras possam ser assumidas por seus  
50 respectivos segmentos, o que foi aprovado por todos. Também que a Comissão possa  
51 estabelecer discussão quanto ao que venha significar o termo deliberativo conforme consta  
52 da definição do CMDR e da Lei Orgânica do Município. A Conselheira Genny também  
53 evidenciou a necessidade de se fazer um acompanhamento relativo às presenças dos  
54 Conselheiros nas reuniões, em conformidade com a previsão regimental que estabelece  
55 limites e condições para as ausências, e que sejam encaminhados ofícios às representações  
56 no sentido de se evitar a aplicação da norma regimental que determina a substituição do  
57 conselheiro que extrapolar o limite de ausências injustificadas e também para que, nas  
58 reuniões ordinárias do CMDR, todos os segmentos da sociedade e afins do CMDR se façam  
59 representar para participarem das discussões e decisões relativas aos assuntos tratados nas  
60 reuniões. Na sequência o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Paulo Acquarole que  
61 informou ter havido na CML, em reunião ordinária no dia 01/03/2022, dentre outras,  
62 discussão sobre proposta de alteração à Lei Geral do Plano Diretor do Município,  
63 especialmente aos vetos que foram feitos pelo Executivo Municipal e em particular ao artigo  
64 51 que, conforme relatou, previa que o Município coibisse a aplicação de agrotóxicos em  
65 área de manancial de abastecimento de água. Informou que várias entidades relacionadas  
66 ao setor rural se manifestaram naquela reunião em defesa de que os vetos fossem mantidos  
67 pela casa pois, do contrário, seria causador de sérios prejuízos, essencialmente  
68 econômicos, não somente aos proprietários de imóveis rurais dedicados à produção  
69 agropecuária como também ao Município refletindo em menor arrecadação tributária, dentre  
70 outros. Também informou que apesar de os vereadores terem mantido os vetos haveria uma  
71 certa movimentação no sentido de se reabrir discussões sobre o assunto com eventual  
72 apresentação de novo projeto em momento futuro. Propôs ao CMDR, através da Comissão  
73 de Acompanhamento a Projetos, Programas e Ações de Desenvolvimento Rural, que estude  
74 detalhadamente a proposta dos legisladores para, elaborando documentos com  
75 argumentações técnicas fundamentadas, debater com os vereadores acerca da necessária  
76 empregabilidade do recurso no processo produtivo de cultivos agrícolas e de eventuais  
77 consequências, sejam econômicas, ambientais e outras, caso a proibição de seu uso seja  
78 estabelecida, embora haja legislações, federal e estadual, que regulamentem o uso e  
79 aplicação desse tipo de produto. Sobre o tema manifestaram-se também os Conselheiros  
80 Marcos Pedraci, Irineu Zambaldi, Paulo Mrtvi e Sérgio Alves. Proposta aprovada. Esgotado o  
81 assunto, o Conselheiro Paulo Acquarole continuou com a palavra para manifestar sua visão  
82 quanto as estradas rurais. Entende que uma nova postura deveria ser adotada em relação  
83 aos serviços prestados pelo Município e forma de uso das estradas, pois conforme seu

## CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

84 entendimento, caso ações complementares aos trabalhos efetivamente realizados pelo  
85 Município para manter as estradas transitáveis não forem adotados, não se conseguirá  
86 manter as estradas transitáveis por um período de tempo mais extenso. Ações essas que  
87 teriam de partir também dos proprietários dos imóveis lindeiros às estradas como a  
88 implantação de sistemas conservacionistas de solo e água nas propriedades, execução de  
89 curvas em nível, de caixas de retenção de águas, de denunciar os que estão promovendo  
90 danos às estradas junto ao órgão fiscalizador, mas com um processo menos burocrático de  
91 ser fazer, fiscalização mais efetiva da parte do Estado, não se transitar com veículos ou  
92 maquinários pesados durante ou logo após a ocorrência de chuvas. O Conselheiro Irineu  
93 Zambaldi trouxe a informação de que a Adapar e o Ministério Público têm tido atuação  
94 enérgica sobre os proprietários de imóveis rurais no sentido de que reestabeleçam em seus  
95 imóveis os sistemas conservacionistas. Os Conselheiros Marcos Pedraci, Paulo Mrtvi  
96 também se manifestaram sobre o tema historiando sobre programa estadual bem sucedido  
97 de conservação de solos e água, executado pelo Governo do Estado nos anos de 1980, e  
98 cujos resultados colocaram o Paraná como referência mundial nesse tipo de ação dada a  
99 importância de se fazer a conservação de solos, sugerindo a criação de uma estrutura para  
100 tratar sobre demandas relacionadas às estradas impondo inclusive ações restritivas de  
101 acesso aos programas de Governo, financiamentos, assistência técnica e seguro agrícola,  
102 aos proprietários de imóveis que não adotassem a implantação de sistema conservacionista.  
103 O Conselheiro Sergio Alves complementou manifestando que, historicamente, as instituições  
104 de pesquisa e de extensão rural foram muito atuantes, especialmente num tempo passado,  
105 contribuindo com o produtor tanto no desenvolvimento quanto na aplicação de técnicas  
106 desenvolvidas, mas que isso mudou e que mudanças de comportamento do próprio produtor  
107 fizeram com que ele se perdesse em relação ao seu posicionamento frente ao ambiente e à  
108 sociedade, mas entende que o Município deve definir o que é que se deseja para a área  
109 rural, definir como serão as estradas, a conservação dos solos, a produção, onde estão os  
110 pontos críticos, processos erosivos importantes, e que, usando de novos instrumentos de  
111 pesquisa disponíveis e da adoção de recursos tecnológicos, citando por exemplo as  
112 imagens de satélite, poder-se-ia realizar um planejamento mais global, contando com a  
113 participação das instituições de pesquisa e entidades afins, visando estabelecer um projeto  
114 com continuidade de execução, independente de governos . O Conselheiro Marcio Urbaneja  
115 sugeriu incluir o assunto na Comissão de Acompanhamento a Projetos, Programas e Ações  
116 de Desenvolvimento Rural do CMDR para devidos estudos, no que todos concordaram. Os  
117 Conselheiros Paulo Mrtvi e Leonardo Sturion, se inscreveram para participarem desta a  
118 Comissão. O Conselheiro Irineu pediu a contribuição do CMDR na divulgação do trabalho  
119 realizado pela ANPARA para recolher as embalagens de produtos químicos utilizados nas  
120 lavouras, conforme calendário prévio, nos pontos de coletas definidos. Ressaltou a  
121 importância do trabalho e sugeriu que essa informação fosse divulgada através do grupo  
122 criado no aplicativo de mensagens adotado no propósito de ampliar o alcance da  
123 informação. Finalizando a reunião o Presidente Jose manifestou sua satisfação com as  
124 discussões realizadas classificando como muito produtiva. Não havendo mais assuntos a  
125 tratar o Presidente do CMDR agradeceu a presença e participação dos Conselheiros dando

---

**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

***Londrina – Paraná***

---

126 por encerrada a reunião. Eu, Marcos Antonio Pedraci, lavrei esta ata, que aprovada pelos  
127 Conselheiros, vai assinada à parte em lista de presença.











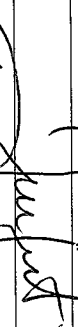


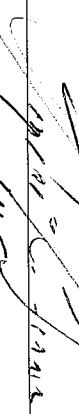


**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**  
Londrina - Paraná

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

**LISTA DE PRESENCIA**

- Local: Centro de Difusão e Tecnologia – IAPAR
- Horário: 14h00min.

Dia: 03/03/2022

	NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
1.	Márcio de Lima Moraes	SMMA - DDR	
2.	José Sato Sabena	Geop. Cereol.	
3.	Olimpio C. SILVA Neto	STR LOVARIINA	
4.	Marcos Antonio Padua	SEMMA	
5.	João Gregório	SUAA	
6.	Albini A. Seon	SMTS	
7.	Marquês Gomes Celestino	Cereocelos	Marquês
8.	Felício Vg. Goetters	KATAS	Felício Vg. Goetters
9.	Sergio b. Nive	IDR - Paraná	Sergio b. Nive
10.	Leandro Zanuzzi	ANPARA / CEARP / AEA LD	
11.	Raulo Roberto MPTVI	IDR - Paraná	
12.	Genney Seifert Santos	IDR - PR	
13.	José Carlos Florina	IRER	
14.	Esperanceza SLOVED	SUM	
15.	Marlene Aparecida Martins	Assent. EC VIVE	
16.	Marcelo Rogatto Carneiro	SMOP - PML	
17.	Paulo Aquino	SRAL	

**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

*Londrina – Paraná*

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

**LISTA DE PRESENÇA**

- Local: Centro de Difusão e Tecnologia – IAPAR
- Horário: 14h00min.

Dia: 03/03/2022

18.	João Carlos Steurton	JFRR	João Carlos Steurton
19.	Edina Rorina Almeida de Souza	SME	Edina Rorina Almeida de Souza
20.	Jose Apo de Silva	SME	Jose Apo de Silva
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			

# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

## 1 **ATA Nº 03/2022: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE** 2 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA –(CMDR)-----**

3 No décimo nono dia do mês de abril de 2022, reuniram-se no Centro de Difusão e  
4 Tecnologia – CDT do IDR-PR-IAPAR-EMATER, às 14h00min, os membros do CMDR eleitos  
5 durante a 10ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, acontecida no dia onze de  
6 novembro de 2021, para realização de sua reunião ordinária, sendo os seguintes os  
7 assuntos de pauta: **1. Justificativas; 2. Aprovação da ata da reunião anterior; 3.**  
8 **Expediente – Ofício 009/2022 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina; 4.**  
9 **Comunicação do Presidente; 5. Comunicação dos Conselheiros; 6. Ordem do dia:**  
10 possibilidade de instituição de reunião mista (presencial e virtual); emissão da dap-ofício do  
11 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina; Acompanhamento dos Trabalhos pelas  
12 Comissões; Atualização da composição do CMDR-2021/2023 no site da PML; **7. Palavra**  
13 **Aberta; 8. Encaminhamentos; 9. Encerramento.** O Presidente do CMDR, Conselheiro  
14 José agradeceu a presença de todos e verificando a existência de quórum necessário iniciou  
15 a reunião informando que, por motivos de força maior, não poderia comparecer à reunião  
16 ordinária inicialmente agendada para a primeira quinta-feira do mês, e como até aquele  
17 momento não haviam sido pautados assuntos para serem discutidos, foi-lhe sugerido adiar  
18 para a semana seguinte a reunião mas que pelo feriado previsto na semana seguinte optou-  
19 se então pela realização da reunião ordinária do CMDR referente ao mês de abril no dia  
20 dezoito do mês. Informou que justificativas de ausências foram apresentadas pelos  
21 Conselheiros Marcelo V. Peluso, Sandra Ap. Costa Ferrer, Paulo M. Acquarole, Marcos  
22 Antonio Pedraci e Paulo C. Dolibaina, Lauana Bolzani V. Rosa e Ricielli de Sousa O.  
23 Vicentin, e passou ao item dois da pauta sendo a ata da reunião anterior aprovada pelos  
24 presentes. No item três da pauta informou que recebeu da parte do Sindicato dos  
25 Trabalhadores Rurais de Londrina um ofício cujo conteúdo seria apresentado mais à frente  
26 da reunião. Referente ao item quatro da pauta retomou a questão das mudanças feitas na  
27 agenda da reunião, tecendo comentários quanto a conjunção de fatores que levaram então à  
28 alteração da data inicialmente prevista. Não houve assuntos pertinentes ao item cinco  
29 passando ao item seis, solicitando ao Conselheiro Marcio Urbaneja, que sugeriu essa pauta,  
30 que fizesse sua explanação. Iniciou solicitando que, até mesmo ante as circunstâncias que  
31 levaram a dois reagendamentos para que essa reunião acontecesse, houvesse nova  
32 discussão quanto a possibilidade de que as reuniões pudessem ser realizadas de forma  
33 presencial e virtual, simultaneamente. Houve manifestações dos Conselheiros Paulo Mrtvi,  
34 Irineu Zambaldi, Plácido Ap. Lucas Fernandes, Sergio J. Alves, Leonardo Sturion e Caroline  
35 T. Sakakura, que ofereceram tanto pontos de vista favoráveis quanto contrários ou com  
36 limitações à realização de reuniões no formato virtual. Aventou-se quanto a possibilidade de  
37 que as reuniões possam ser realizadas no formato misto em função do peso dos assuntos  
38 as serem discutidos, ficando o Conselheiro livre para optar de que forma participaria, e que a  
39 definição do formato para uma determinada reunião se daria por decisão da presidência em  
40 função da proposta de pauta, se com assuntos “mais leves” formato misto ou mesmo virtual,  
41 e se com temas mais intensos, presencial. Surgiram questionamentos quanto a aspectos

## CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

42 legais na realização deste tipo de formato. A Conselheira Caroline informou ser de seu  
43 conhecimento de que ao menos dois outros Conselhos, até aquela data, permaneciam  
44 realizando suas reuniões apenas no formato virtual sugerindo que pudessem ser  
45 consultados quanto às suas experiências. O Presidente tomou palavra resgatando que o  
46 assunto já havia sido discutido em reuniões passadas e que em votação, os Conselheiros  
47 haviam optado pelo forma presencial, mas que com a anuência dos Conselheiros gostaria  
48 de ver novamente discutida essa pauta em uma próxima reunião contando com um número  
49 maior de presentes, sem contudo desqualificar o quórum presente. Deu sequência à pauta,  
50 com o item Ordem do Dia informando do Ofício recebido da parte do Sindicato dos  
51 Trabalhadores Rurais, o qual deu conhecimento aos Conselheiros através do grupo de  
52 aplicativo de mensagens, e que traz em seu conteúdo o relato de uma solicitação de  
53 emissão de DAP(Declaração de Aptidão ao PRONAF) por parte de uma produtora rural e  
54 informando do indeferimento dos entes competentes para fazer a emissão desse tipo de  
55 documento – IDR/PR-EMATER e o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais, à referida  
56 solicitação, pela falta de cumprimento de requisitos necessários. Após contribuições feitas  
57 pelo conselheiros Paulo Mrtvi, Sergio Alves e Irineu Zambaldi, entenderam os Conselheiros  
58 que, ante os posicionamentos comuns tanto do IDR/PR-EMATER quanto do Sindicato, que  
59 são as entidades autorizadas a emitirem a DAP no Município, não caberia ao Conselho  
60 modificar tal decisão e assim sendo haverá uma resposta formal (ofício) ao remetente  
61 manifestando a posição do CMDR, corroborando com o que fora decidido. Na sequência da  
62 pauta o Presidente, sendo uma sugestão sua, tinha a intenção de que as Comissões que  
63 foram formadas dentro do Conselho e encarregadas de realizarem estudos sobre alguns  
64 assuntos pudessem fazer algum relato a respeito dos respectivos andamentos, mas que  
65 ante a presença de um quórum mínimo e a ausência de vários conselheiros ficaria como  
66 assunto de pauta para a reunião. Na sequência reiterou a necessidade de que os dados  
67 relativos ao CMDR junto ao portal da Prefeitura sejam atualizados solicitando ao Conselheiro  
68 Adriano Giacomini, Secretário de Comunicação do CMDR tomar as providências para tal.  
69 Abriu o item seguinte, Palavra Aberta, inscrevendo-se o Conselheiro Paulo Mrtvi, que  
70 retomando o tema quanto ao formato de realização das reuniões, chamou a atenção para  
71 particularidades que poderiam prejudicar a realização de reuniões neste formato como a  
72 disponibilidade, ou não, de acesso à internet onde estejam os respectivos Conselheiros e a  
73 possibilidade deste tipo de reunião estar prevista em regimento. O Conselheiro Sergio J.  
74 Alves complementou sugerindo que o Conselho pudesse capitanear discussões sobre as  
75 prioridades do meio rural, exemplo internet em todo o Município, e sugerindo convidar para  
76 participar da uma reunião representante da operadora de internet SERCOMTEL para se  
77 conhecer seus projetos para a área rural, discutir sobre as estradas rurais sob uma ótica  
78 mais global assim como outros temas: qual é o plano para a saúde, para o transporte. Citou  
79 alguns exemplos de sucesso decorrentes de um planejamento global bem feito e que foram  
80 executados com continuidade de ações acreditando ser esse o caminho pra que se promova  
81 efetivamente o desenvolvimento rural e a fixação das pessoas, em particular dos mais  
82 jovens no meio rural no Município. O Conselheiro Márcio Urbaneja em apoio ao manifestado  
83 complementou sugerindo que o planejamento contemple mais que um período de gestão

## CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

84 administrativa, e entende que se o CMDR se posicionar terá força para provocar uma  
85 modificação no meio rural. O Conselheiro reiterou a sua visão quanto a necessidade de  
86 plano mais global que ultrapasse o período de um mandato eletivo. Paulo Mrtvi citou  
87 comentário ouvido em reunião outra da qual participou, de que o Plano Diretor Municipal tem  
88 muito pouca inclusão da área rural em suas diretrizes, e que o Plano tem ênfase quase total  
89 para o setor urbano. O Conselheiro Sergio Alves também citou comentário havido em outra  
90 reunião da qual participou, de que discussões e promoções empreendedoras têm foco na  
91 cidade não englobando o rural. Também se manifestaram os Conselheiros Leonardo Sturion  
92 e Irineu Zambaldi no mesmo sentido, com a visão de que muito está-se deixando de  
93 desenvolver devido ao não investimento no setor rural e chamando para que o CMDR se  
94 manifeste junto a quem de poder para que tenham ações voltadas para o setor rural. O  
95 Conselheiro Miguel Gomes Celestino relatou experiência própria sendo ele proprietário de  
96 uma agroindústria na área rural. Existindo uma escola próxima, mas sem um bom acesso  
97 viário à sua região e totalmente sem acesso à internet mesmo essa localidade estando muito  
98 próxima da área urbana do Município. O Conselheiro Plácido Fernandes, corroborando com  
99 o posicionamento dos demais Conselheiros, citou situações em que a dificuldade em se  
100 transitar pelas vias rurais, tanto as pavimentadas quanto as não pavimentadas, sugere  
101 haver um esquecimento da parte dos gestores e que os recursos básicos como saúde  
102 educação, transporte e segurança estão muito prejudicadas. A Conselheira Caroline também  
103 chamou a atenção para dificuldades encontradas para prestar os atendimentos pela  
104 Secretaria Municipal de Assistência Social na área rural chamando a atenção para as  
105 necessidades dos moradores e que são ignoradas pelo poder público. Citou haver elevados  
106 índices de desemprego citando os distritos maiores, Lerroville e Guaravera como exemplos,  
107 e que não se verifica ações de políticas públicas sendo implementadas nas localidades  
108 rurais. Disse que são oferecidos curso e capacitações na área urbana do Município, mas  
109 não via como viabilizar que o participante morador da área rural estivesse na cidade às 7:30  
110 da manhã com um transporte público ineficiente que nem sempre consegue chegar às  
111 comunidades mas distantes citando o caso dos assentamentos Eli Vive. Entende que o  
112 Conselho precisa dar publicidade a essas necessidades não vistas, às dificuldades de  
113 acesso à saúde em horário noturno, por exemplo, tendo que recorrer aos municípios  
114 vizinhos, transporte deficitário nas localidades mais distantes citando o Assentamento Eli  
115 Vive e o Patrimônio Guairacá, provocando que recursos financeiros das famílias, que já são  
116 escassos, sejam empregados em transporte particular, e que em muitas vezes precisa-se  
117 contar com a boa vontade de vizinhos no atendimento de suas necessidades. Também  
118 entende que o Conselho poderia incluir na perspectiva de um planejamento global para a  
119 área rural, como já sugerido, o atendimento dessas necessidades convidando para debater  
120 esses assuntos empresas, órgãos públicos, etc, numa perspectiva de se atender essa parte  
121 da população que carece desses serviços e para que haja mesmo o olhar para  
122 desenvolvimento rural. O Presidente retomou a palavra e disse que ante as falas  
123 apresentadas pelos Conselheiro(a)s via de forma muito clara a função social do CMDR, da  
124 necessidade de precisar se debruçar em estudos colocando essas demandas do setor como  
125 prioridade no contexto do desenvolvimento rural. Falou sobre a sua experiência à frente da

## CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

126 Gerência de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação (SME), onde teve o  
127 privilégio de conhecer todo o Município, de circular por todas as vias rurais observando a  
128 grandiosidade territorial do Município, de seu enorme potencial para o desenvolvimento mas  
129 também repleto das fragilidades como as já elencadas nas falas dos Conselheiro(a)s. Assim  
130 como relatou a Conselheira Caroline quanto a dificuldade de acesso às comunidades mais  
131 distantes, o presidente deu exemplo de alunos que residem na região conhecida por  
132 Piracema no Distrito de Lerroville, citando que por lei se estabelece que uma criança não  
133 pode permanecer mais que duas horas/dia dentro do transporte escolar sendo uma hora  
134 para o ir e a outra para a volta para a casa, mas que devido às condições das vias acontece  
135 de esse tempo se extrapolar, uma condição que se torna repetitiva. A SME solicita reparos  
136 nas vias e a SMAA, com sua pauta de serviços aumentada, com mínimas condições de  
137 atendimento, procura dar a prioridade possível. Concluiu ressaltando a necessidade de que  
138 políticas públicas mais efetivas cheguem ao setor rural. Foi aventado numa das falas que o  
139 desinteresse político na área rural seja devido à pequena porcentagem da população  
140 votante que lá mora e sendo assim seria pouco voto pela quantidade de melhorias  
141 necessárias. O Conselheiro Irineu Zambaldi pediu a palavra e chamou a atenção e disse  
142 que, em que pese 3% do votantes residam na área rural, conforme fora mencionado, outros  
143 tantos, saem do urbano para trabalharem no rural, sejam eles do meio agro como os  
144 produtores, assistentes técnicos e trabalhadores por exemplo, mas também, profissionais da  
145 Saúde e Educação, da Assistência Social, como relatou a Conselheira Caroline, da  
146 Segurança, representantes comercias e tantos outros, sugerindo que essa via de mão dupla  
147 possa até mesmo quadruplicar em termos de população votante diretamente relacionadas  
148 ao setor rural. O Conselheiro Sergio Alves observou que além das atividades profissionais,  
149 como mencionado outras fatores devam ser retratados com a devida importância como a  
150 questão da erosão dos solos, o devido valor ao alimento que é lá produzido e transportado  
151 pelas vias rurais precárias, o turismo rural se beneficiando das paisagens, a preservação  
152 das águas, e tantas outras possibilidades, que é preciso fixar essas pessoas no campo  
153 tendo toda as infraestruturas necessárias para então buscar-se as opções econômicas para  
154 o desenvolvimento rural ser sustentável. O Presidente então concluindo os trabalhos reitera  
155 a importância de se valorizar o setor rural e que o Conselho tem uma função não apenas de  
156 cumprir enquanto preceitos através das participações nas reuniões mas de levantar  
157 discussões e levá-las à responsabilidade do poder público em atender as necessidades e  
158 dignidade das pessoas. A Conselheira Genny Seifert Santos trouxe a informação da  
159 necessidade de que o Conselho tome conhecimento das DAP's que foram emitidas no  
160 Município no último ano pra sua apreciação em consonância com seu papel de fazer o  
161 Controle Social e que a relação dos beneficiários será encaminhada no mês de maio para  
162 conhecimento de todos e eventual manifestação, sendo assunto de pauta para a próxima  
163 reunião ordinária do Conselho. Informou também que houve, durante a Expolondrina, uma  
164 reunião com autoridades que tratou a respeito do SIM – Serviço de Inspeção Municipal  
165 sendo informado na ocasião, pelo Secretário de Agricultura do Município, que o projeto de lei  
166 que foi apresentado à Câmara Municipal foi aprovado e que o executivo dará os devidos  
167 encaminhamentos para a instalação do serviço junto à SMAA. Trouxe também

---

## **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

**Londrina – Paraná**

---

168 esclarecimentos sobre o mecanismo de funcionamento do SIM e de sua importância no  
169 processo de produção de alimentos de origem animal. Não havendo mais assuntos a tratar o  
170 Presidente do CMDR agradeceu a presença e participação dos Conselheiros dando por  
171 encerrada a reunião. Eu, Elton Manoel Sacoman Longo, a pedido do Presidente do CMDR e  
172 na ausência do Secretário Geral Marcos A. Pedraci, lavrei esta ata, que aprovada pelos  
173 Conselheiros, vai assinada à parte em lista de presença.

**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**  
Londrina - Paraná

"A aplicação democrática consistente e eficiente da política agrícola municipal é função da participação ativa de nossas lideranças"

**LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO ORDINÁRIA - 19/04/2022**

**SALA D, CDT, às 14h00**

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO/ENTIDADE	CIDADE	EMAIL/TEL.
01	Roberto Giacomini	Distrito	Londrina	robgiac@londrina.pr.gov.br
02	Miguel Campos Colletini	CASA DAS	Londrina	apic@colletini.com.br
03	Fabio Carlos Klemm	TRRRE	Londrina	fabio@trrre.org.br
04	Raíza Catarina Ramos Armaral	STP de Londrina	Londrina	raiza@stplondrina.org.br
05	João Roberto do Silva	ABRACULURA	Londrina	joao@abraculura.org.br
06	Edson Roberto de Souza	IDR - RR	Londrina	edson@idr.org.br
07	Vanessa Tomaz Sobral	SMAS - CRAS BURL	Londrina	vanessa@smas.org.br
08	Marcos Antonio de Souza	SMAR - DDR	Londrina	marcos@smar.org.br
09	Simone dos Reis	IDR	Londrina	simone@idr.org.br
10	Priscilla de Souza	IDR	Londrina	priscilla@idr.org.br
11	João de Souza	SME	Londrina	joao@idr.org.br
12	Edna Regina Almeida de Souza	SME	Londrina	edna@idr.org.br
13	Leandro Camargo	CEARPE / AEARLD	Londrina	leandro@idr.org.br
14	Genny Saifert Santos	IDR	Londrina	genny@idr.org.br
15	Edson Roberto de Souza	SMAR	Londrina	edson@idr.org.br
16				
17				
18				
19				
20				



# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

## 1 **ATA Nº 04/2022: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE** 2 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA –(CMDR)-----**

3 No quinto dia do mês de maio de 2022, reuniram-se no Centro de Difusão e Tecnologia –  
4 CDT do IDR-PR-IAPAR-EMATER, às 14h00min, os membros do CMDR eleitos durante a  
5 10ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, acontecida no dia onze de novembro  
6 de 2021, para realização de sua reunião ordinária, sendo os seguintes os assuntos de pauta:  
7 **1. Justificativas; 2. Aprovação da ata da reunião anterior; 3. Expediente; 4.**  
8 **Comunicação do Presidente; 5. Comunicação dos Conselheiros; 6. Ordem do dia:**  
9 **Apresentação das DAP's e CAF; 7. Palavra Aberta; 8. Encaminhamentos; 9.**  
10 **Encerramento.** O Presidente do CMDR, Conselheiro José, dando as boas vindas  
11 agradeceu a presença de todos, e verificando a existência de quórum necessário iniciou a  
12 reunião informando as justificativas apresentadas pelos Conselheiros Irineu Zambaldi,  
13 Marcos Pedraci, João Gregório da Silva Filho, Paulo Dolibaina, Marcelo Peluso, Luis Carlos  
14 Barbosa e pela Conselheira Edna Lima Almeida de Souza. Apresentou a servidora Carla  
15 Danielle Vieira indicada pela Secretaria Municipal de Saúde em substituição à Conselheira  
16 Eni do Carmo de Souza e informou que se encontrava em processo o cumprimento dos  
17 requisitos necessários para produção de decreto nomeando-a então Conselheira do CMDR.  
18 Dando continuidade apresentou os pontos da pauta da reunião e pôs em votação a  
19 aprovação da Ata da reunião anterior, tendo sido ambas aprovadas pelos presentes. Não  
20 havendo expediente passou ao item quatro da pauta informando que o Conselheiro Marcos  
21 Pedraci havia enviado um comunicado ao grupo através do aplicativo de mensagens  
22 comunicando seu desligando do CMDR enquanto Conselheiro, em decorrência de estar  
23 sendo aposentado pela Prefeitura. Fez menção de agradecimento à contribuição dada ao  
24 Conselho em que pese o curto período de tempo em que esteve representando a Secretaria  
25 Municipal do Ambiente, felicitando-o pela conquista. Que em função desse fato aguardaria o  
26 posicionamento da SEMA quanto a indicação de seu substituto. Abriu aos presentes o item  
27 cinco da pauta e não tendo havido manifestação passou a palavra ao Conselheiro Paulo  
28 Mrtvi, que na Ordem do Dia, item seis, antes de iniciar sua fala sobre o tema Declaração de  
29 Aptidão ao PRONAF – DAP, e em função de um imprevisto relacionado ao local de  
30 realização da última reunião sugeriu que a partir daquela, todas as reuniões ordinárias  
31 previstas para o ano de dois mil e vinte dois fossem agendadas para acontecer no CDT do  
32 IDR/PR-IAPAR-EMATER dada as excelentes condições de infraestrutura oferecidas, e que  
33 eventuais mudanças de datas e locais poderiam ser previamente informadas ao Instituto  
34 sem prejuízo às demais datas pré-agendadas. Tendo sido colocada a proposta em votação  
35 foi aprovada pelos presentes. Iniciou em seguida sua apresentação explicando, com  
36 profundidade de conhecimento, os conceitos, significados, histórico, objetivos, público alvo,  
37 requisitos necessários, benefícios, responsabilidades, normativas, enfim, todo o contexto  
38 envolto sobre a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP cuja finalidade principal é  
39 identificar e declarar os beneficiário(a)s do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento  
40 da Agricultura Familiar sendo a DAP o mecanismo de acesso a políticas públicas oferecidas  
41 pelos Governos Federal e Estaduais citando como exemplo, dentre outros, a obtenção de

## **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

**Londrina – Paraná**

42 linhas de crédito pelo(a)s produtor(a)es enquadrados enquanto agricultor(a) familiar.  
43 Chamou a atenção dos presentes quanto ao papel do CMDR que é o de fazer o controle  
44 social das DAP's que foram emitidas. Indicou endereço eletrônico onde as Declarações  
45 devem ser consultadas. Informou também que alterações para a DAP atual estão previstas  
46 pelo Governo Federal e que em momento oportuno trará a conhecimento do Conselho. No  
47 decorrer da apresentação vários Conselheiros se manifestaram relatando tanto experiências  
48 e conhecimento a cerca da agricultura familiar quanto pontos de vista e opiniões,  
49 enriquecendo o conteúdo apresentado. O Presidente agradeceu ao Conselheiro Paulo Mrtvi  
50 por ter oferecido aquela oportunidade de crescer conhecimentos parabenizando pela  
51 apresentação. Abriu em seguida a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Miguel informou  
52 sobre o primeiro curso de apicultura realizado em Londrina que ocorreu em sua propriedade  
53 e que o mel que produz foi o melhor classificado em concurso de qualidade promovido pela  
54 Universidade Estadual de Londrina dentre trinta e dois concorrentes em dois mil e vinte e  
55 um. A Conselheira Flor informou que mulheres camponesas, dezessete no total,  
56 representando ao Assentamento Eli Vive, participaram de um concurso de nível nacional,  
57 cujo projeto, assessorado pelo IDR/PR-IAPAR-EMATER, versando sobre o emprego de  
58 agroecologia dentro do Assentamento, tendo sido classificadas em terceiro lugar dentre 482  
59 outros projetos concorrentes. Ambos Conselheiros foram parabenizados e aplaudidos pelos  
60 presentes. O Presidente enalteceu as conquistas e disse que fatos como os relatos  
61 enriquecem o meio rural e precisam ser divulgados para valorizar o trabalho que é realizado  
62 pela agricultura familiar do Município e os seus produtos, permitindo à sociedade urbana  
63 conhecer o que é produzido no meio rural do Município. O Conselheiro Sergio Alves  
64 lembrou os Conselheiros quanto a ideia debatida em reuniões anteriores voltada ao  
65 planejamento global do meio rural de Londrina envolvendo as questões de produção,  
66 educação, transporte, saúde, comunicação com a perspectiva de fixar as pessoas no meio  
67 com geração de renda e vida digna, pois entende ser essa uma política com urgência de  
68 atendimento sendo necessário se estabelecer ações efetivas para que a ideia não corra o  
69 risco de esmorecer. Sugeriu haver programas de governo em incentivo a programas de  
70 instalação de energia fotovoltaica dentre outros. O Conselheiro Paulo Mrtvi sugeriu utilizar  
71 recursos do Fundo Municipal para tal fim e também da necessidade de ações que possam  
72 incrementar a arrecadação de recursos e também que o IDR-PR possa ser consultado  
73 quanto a possibilidade de contribuir com o Conselho na canalização de ideias e  
74 fornecimento de informações e até mesmo de assessoramento para a elaboração de  
75 projetos voltados ao setor rural do Município. Enquanto encaminhamentos o Presidente  
76 manifestou-se favoravelmente ao que foi sugerido sendo necessário definir como se darão  
77 os trabalhos. Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente do CMDR agradeceu a  
78 presença e participação dos Conselheiros, em particular da Conselheira Carla vinda pela  
79 Secretaria Municipal de Saúde dando por encerrada a reunião. Eu, Elton Manoel Sacoman  
80 Longo, a pedido do Presidente do CMDR, lavrei esta ata, que aprovada pelos Conselheiros,  
81 vai assinada à parte em lista de presença.

# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

## 1 **ATA Nº 05/2022: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE** 2 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA –(CMDR)-----**

3 No segundo dia do mês de junho de 2022, reuniram-se no Centro de Difusão e Tecnologia –  
4 CDT do IDR-PR-IAPAR-EMATER, às 14h00min, os membros do CMDR eleitos durante a  
5 10ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, acontecida no dia onze de novembro  
6 de 2021, para realização de sua reunião ordinária, sendo os seguintes os assuntos de pauta:  
7 **1. Justificativas; 2. Aprovação da ata da reunião anterior; 3. Expediente; 4.**  
8 **Comunicação do Presidente; 5. Comunicação dos Conselheiros; 6. Ordem do dia:**  
9 **DAP-Chefia Regional do IDR/PR; Pavimentação Asfáltica – Londrina/Maravilha; Ofício**  
10 **à imprensa: Mudanças DAP; Pontes na área rural/levantamento das pontes pela**  
11 **SMAA; Acompanhamento de serviços públicos municipais-Saúde; Extração de óleo**  
12 **de soja como combustível; 7. Palavra Aberta; 8. Encaminhamentos; 9. Encerramento.**  
13 O Presidente do CMDR, José Aparecido da Silva, dando as boas vindas agradeceu a  
14 presença de todos, e verificando a existência de quórum necessário iniciou a reunião  
15 informando as justificativas apresentadas pelo(a)s Conselheiro(a)s Sandra Aparecida Costa  
16 Ferrer, Maurício Franco Ferreira e Paulo Dolibaina. Dando continuidade apresentou os  
17 pontos da pauta da reunião e pôs em votação a aprovação da Ata da reunião anterior, tendo  
18 sido ambas aprovadas pelos presentes. Não havendo Expediente passou ao item seguinte  
19 da pauta informando que devido a uma consulta médica previamente agendada teria que se  
20 ausentar da reunião caso ela se prolongasse para além das 16 horas, mas que o  
21 Conselheiro Marcio Urbaneja, Vice-Presidente do CMDR, assumiria a condução dos  
22 trabalhos em sua ausência. Item seguinte Comunicação dos Conselheiros sem assunto, deu  
23 sequencia à reunião passando a palavra ao Conselheiro Paulo Mrtvi que iniciou o item seis  
24 da pauta, Ordem do Dia informando que um evento estava previsto para acontecer no dia 22  
25 de junho no CDT do IDR/PR onde se trataria do Programa Renova Paraná, programa esse  
26 de iniciativa do Governo do Estado, tendo como um dos propósitos o de incentivar os  
27 produtores rurais a gerarem sua própria energia elétrica, através do sistema fotovoltaico, em  
28 suas propriedades, e que para isso o Programa do Governo do Estado estaria subsidiando o  
29 financiamento para a adoção desse sistema aos interessados, sendo um dos objetivos  
30 diminuir custos na propriedade. Chamou a atenção para o fato de que, a partir de janeiro de  
31 2023 não haverá mais a diferenciação de valores entre as tarifas de energia elétrica urbana  
32 e rural, como atualmente acontece, e que usa este argumento como incentivo a que se  
33 adote então, o sistema de produção de sua própria energia. Complementa informando que,  
34 em caso de haver excedente de energia produzida, ou seja, se o sistema gerar mais energia  
35 do que o consumido na propriedade, poderá ser utilizado para abater o valor de outras  
36 contas de luz que sejam de mesma titularidade de quem estiver produzindo. No evento  
37 também se estaria antecipando a apresentação do Plano Safra. Informou também que todos  
38 os agentes financeiros do Município seriam convidados a participarem do evento,  
39 juntamente com as empresas que trabalham com energia fotovoltaica, e que após  
40 finalização de toda a organização do evento, haveria a formalização do convite ao Conselho  
41 através do grupo formado em aplicativo de mensagens. Na sequencia a palavra foi dada ao

## **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

**Londrina – Paraná**

42 recém nomeado Gerente Regional do IDR/PR Engenheiro Agrônomo Cristovon Videira Ripol  
43 que após se apresentar, fez um relato sobre os processos de mudanças acontecidos na  
44 área de pesquisa e extensão rural do Estado que culminou coma fusão do IAPAR, EMATER  
45 e CODAPAR dando origem ao IDR/PR-IAPAR-EMATER, e que muitos dos servidores de  
46 carreira das instituições, ante as oportunidades surgidas, optaram pelos seus direitos às  
47 respectivas aposentadorias e que, como perspectiva, um novo concurso público estaria  
48 sendo encaminhado visando reestruturar a instituição, em especial a pesquisa, e que seu  
49 papel, enquanto Gerente Regional, seria o de conduzir as equipes de profissionais sob sua  
50 supervisão no desenvolvimento da pesquisa e extensão rural. Fez um relato do  
51 funcionamento organizacional do Instituto e do papel a ele designado, sendo um essencial o  
52 de fazer a comunicação com a sociedade, colhendo e processando os dados obtidos e  
53 retornando a ela, através de ações, tanto pela pesquisa quanto pela extensão rural, que  
54 visem proporcionar o desenvolvimento rural que, dentro do conceito apresentado, tem o  
55 significado de fazer as pessoas felizes em suas comunidades, procurando assim evitar as  
56 migrações das comunidades rurais para centros maiores em busca de oportunidades. Mas  
57 para isso seria necessário acontecer melhorias nas áreas de saúde, educação e  
58 longevidade, itens componentes do IDH, e que o grande desafio seria promover a  
59 dinamização da economia através de significativa melhoria de renda dessas pessoas, pis  
60 esse seria o fator primordial para manter a continuidade do homem no campo. Concluindo  
61 sua fala resgatou o posicionamento do CMDR enaltecendo o seu papel de controlador social  
62 em relação a emissão de DAP's – Declaração de Aptidão ao PRONAF em especial quando  
63 respaldou o trabalho realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina e  
64 também do IDR/PR-IAPAR-EMATER que, em passado recente, indeferiram solicitação feita  
65 por um interessado(a) em obter a DAP mas que não cumpria com os requisitos exigidos.  
66 Agradeceu pelo posicionamento do CMDR nesse fato e também pela abertura de espaço na  
67 pauta para sua exposição e colocou o IDR/PR à disposição para colaborar com o CMDR na  
68 causa do Desenvolvimento Rural do Município. O Presidente do Conselho agradeceu a  
69 presença do Gerente Regional do IDR/PR e por sua contribuição e disponibilização em  
70 contribuir com o CMDR. Passou a palavra ao Conselheiro Paulo Acquarole que trouxe a  
71 informação de que serviços pendentes em relação ao asfalto que liga Sede do Município ao  
72 Distrito de Maravilha haviam sido sanados. Sugeriu que ações do CMDR poderiam ser  
73 tornadas públicas, em particular através do rádio, pois essa é ainda a ferramenta de melhor  
74 alcance para levar até o produtor rural notícias de seu interesse. Continuando com a palavra  
75 O Conselheiro Paulo Acquarole resgatou reportagem publicada na imprensa escrita  
76 relacionada a que o Município projetava recuperar pontes na área rural e que estaria indo  
77 em busca de recursos. Lembrou que em passado recente o então Secretário Municipal de  
78 Agricultura e Abastecimento, tendo a iniciativa pessoal de buscar sanar problemas  
79 relacionados, obteve junto ao DER a doação de estrutura para a construção de algumas  
80 pontes e que a mesma iniciativa poderia ser adotada pelo atual Secretário. Após algumas  
81 discussões e troca de ideias, o Conselheiro Márcio Urbaneja informou que a SMAA havia  
82 feito um levantamento quanto ao estado geral das pontes localizadas na área rural, e que  
83 um total de catorze delas apresentavam demandas urgentes de serviços, e que um pedido

## **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

**Londrina – Paraná**

84 de auxílio na elaboração de projetos fora feito à Secretaria de Obras. Sugeriu que o CMDR  
85 pudesse contribuir elencando uma ordem de prioridade a ser apresentada ao Município. O  
86 Presidente sugeriu que uma apresentação dessa situação pudesse ser feita até mesmo para  
87 uma melhor visualização dos problemas o que será feito na próxima reunião, e também a  
88 eleição de uma comissão para elaborar ofício ao Secretário de Agricultura com a sugestão  
89 de visitar o DER na intenção de, apresentando ao órgão estadual os problemas existentes  
90 das pontes na área rural, poder ser atendido da mesma forma como no passado, com a  
91 doação de material e de se disponibilizar a acompanhá-lo nesse contato. Continuando com  
92 palavra o Conselheiro Paulo Acquarole relatou fato acontecido com um funcionário seu  
93 relacionado a atendimento na rede de saúde. Decorrente de sintomas apresentados o  
94 paciente foi até posto de saúde e posteriormente, após sucessivos encaminhamentos, foi  
95 internado no Hospital Universitário. Disse que após alguns procedimentos e tempo de  
96 internação recebeu alta, porém poucos dias depois necessitou de novo atendimento. Foi  
97 onde observou que os sistemas de saúde, municipal e estadual não se comunicam, pois  
98 informações geradas no primeiro atendimento não estavam disponibilizadas entre os  
99 sistemas gerando com isso gastos desnecessários de tempo e de dinheiro pois uma  
100 informação obtida num sistema de atendimento não é aproveitada no outro. Assim trouxe ao  
101 CMDR sua observação sobre o acontecido solicitando sua intervenção quanto a busca de  
102 respostas para esse desencontro na prestação de atendimento. A Conselheira Danielle  
103 Vieira ratificou a existência de uma falta de contrarreferencia entre os sistemas municipal e  
104 estadual não havendo uma forma de comunicação que prontamente permita acessar dados  
105 ou informações geradas nos atendimentos, senão pela intervenção do próprio paciente  
106 solicitando ao sistema em que foi atendido cópia de seu prontuário, e também que o  
107 prontuário é questão de sigilo do paciente, não sendo possível o repasse do seu teor e nem  
108 do andamento do processo pelo profissional de saúde. Fez orientações de como se deveria  
109 proceder para tentar agilizar o atendimento na UBS. O Conselheiro Paulo Acquarole sugere  
110 ao CMDR, como proposta chamar as entidades ligadas para criar um sistema de  
111 acompanhamento unificado que permita além de tornar mais rápido os atendimentos, diluir  
112 custos através do partilhamento dos prontuários e de resultados de exames realizados. A  
113 Conselheira Carla Vieira informou que já existem tratativas nesse sentido citando o cartão  
114 SUS, mas que, porém parece ainda ser um processo demorado e custoso e disse que no  
115 Município, já existe o sistema de prontuário eletrônico onde uma UBS consegue consultar o  
116 prontuário de um paciente que foi atendido em outra UBS, estando a zona rural inserida  
117 nesse contexto. A Conselheira Caroline Tomaz Sakakura manifestou seu ponto de vista  
118 quanto a entender não ser assunto a ser deliberado no CMDR podendo ser assunto de  
119 pauta junto ao Conselho Municipal de Saúde e que um ofício relatando o caso com a  
120 sugestão apresentada pudesse ser então encaminhado àquele Conselho. O Conselheiro  
121 Marcio Urbaneja sugeriu que o Conselheiro Paulo Acquarole formulasse um ofício relatando  
122 o caso, sua sugestão e manifestação dos Conselheiros. Ainda com a palavra o Conselheiro  
123 Paulo Acquarole ante o atual cenário relacionado a questão dos combustíveis e seus preços,  
124 fez pesquisas quanto a viabilidade de uso de óleo vegetal, em particular o de soja, em  
125 maquinários agrícolas como alternativa ao óleo diesel proveniente do petróleo, e também

## **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

**Londrina – Paraná**

126 que via como fonte de renda na propriedade pois o produtor poderia produzir seu próprio  
127 óleo, e que tinha conhecido uma empresa que detinha uma máquina extrusora para esse  
128 fim. Entendendo ser uma alternativa viável técnica e economicamente que poderia ser  
129 adotada pelo produtor rural, entendendo tratar-se de assunto relacionado ao  
130 desenvolvimento rural, propôs que o CMDR juntamente com os institutos de pesquisa,  
131 universidades, SENAI/SESI pudessem desenvolver estudos na perspectiva de tornar a ideia  
132 um negócio viável. Houve manifestações de alguns Conselheiros que entenderam tratar-se  
133 de política de Estado não sendo da alçada do CMDR esse tipo de discussão. Também que  
134 existem diversos estudos conclusos quanto a viabilidade técnica e legislações que regem o  
135 desenvolvimento do negócio tendo sido sugerido que consultas fossem feitas a Ministérios  
136 (Agricultura e Minas e Energia) e Agências reguladoras no sentido de se ter esclarecido se  
137 produção de óleo pode ser feito na propriedade e em especial para aplicação como  
138 combustível. Ficou a sugestão para se dar continuidade nesta discussão na próxima reunião  
139 com possíveis novas informações a subsidiarem eventual diretriz. No item Palavra Aberta o  
140 Conselheiro Paulo Mrtvi informou que ante a demora em se construir uma escola no  
141 Assentamento Eli Vive e por uma necessidade local, foi criada uma campanha intitulada  
142 “Adote uma sala” que consiste na reforma/pintura das 18 salas de aula já existentes e que  
143 quem desejasse fazer parte da campanha entrasse em contato com ele. A Conselheira  
144 Caroline Sakakura trouxe o informe da existência, na Secretaria de Assistência Social, do  
145 serviço de convivência e fortalecimento de vínculos destinados ao atendimento de crianças e  
146 adolescentes e que o assentamento carecia desse serviço, em que pese ele já ser  
147 disponível em Lerroville. Como as tantas dificuldades existentes naquela localidade quase  
148 que impediam a prestação dos serviços e após discussões havidas pela comunidade local  
149 junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, foi aprovada a criação de um centro de  
150 convivência no Eli Vive I e que a comunidade local, a título de contrapartida, é quem vai  
151 fazer a construção das instalações, na perspectiva de que a partir do mês de agosto tenham  
152 início as atividades nesse centro, e que o próximo passo seria o desenvolver de processo  
153 para se instalar também um centro de convivência deste no Eli Vive II. Na sequência da  
154 pauta, como Encaminhamentos para a próxima reunião, ficaram pautados os assuntos sobre  
155 a produção de óleo vegetal para fins de utilização como combustível, a questão do ofício a  
156 ser elaborado, questionando a quem de competência for, sobre a falta de comunicação entre  
157 os sistemas estadual e municipal de saúde e a apresentação do levantamento feito sobre as  
158 pontes localizadas na área rural. Foi sugerido pela Conselheira Ricielli de Souza Oliveira  
159 Vicentin que o assunto transporte escolar também seja tema da próxima pauta para se  
160 discutir sobre valores aplicados no transporte escolar pelo Município, sucateamento dos  
161 veículos, qualidade de atendimento dos motoristas e monitores, excesso de velocidade e  
162 etc. Da mesma forma que a questão da saúde foi sugerido Pelo Vice-Presidente Marcio  
163 Urbaneja que a Conselheira elaborasse um ofício a ser encaminhado para a Secretaria de  
164 Educação relatando suas observações e que o CMDR contribuiria em eventual  
165 complementação para então poder ser enviado à Secretaria de Educação. O Conselheiro  
166 Paulo Mrtvi solicitou a palavra para expor seu ponto de vista quanto a necessidade de se  
167 retomar alguma estratégia na questão de manutenção das estradas rurais disponibilizando o

**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

**Londrina – Paraná**

168 IDR para contribuir com treinamento, orientações e o que mais for necessário, pois entende  
169 haver um certo despreparo dos operadores de máquinas do Município na realização dos  
170 serviços, em desconformidade com o que preconiza a técnica, sendo que a continuidade dos  
171 serviços nessas condições farão com que haja maiores despesas ao Município pois os  
172 serviços terão de ser refeitos. Não havendo mais assuntos a tratar o Vice-Presidente do  
173 CMDR Márcio Urbaneja, agradeceu a presença e participação dos Conselheiros, dando por  
174 encerrada a reunião. Eu, Elton Manoel Sacoman Longo, a pedido do Presidente do CMDR,  
175 lavrei esta ata, que aprovada pelos Conselheiros, vai assinada à parte em lista de presença.

# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina - Paraná

"A aplicação democrática consistente e eficiente da política agrícola municipal é função da participação ativa de nossas lideranças"

## LISTA DE PRESENCIA- REUNIÃO ORDINÁRIA- 07/07/2022

SALA D, CDT, às 14h00

Nº	NOME LEGÍVEL	ORGÃO/ENTIDADE	CIDADE	EMAIL/TEL.
01	Caroline Tenor Tokokura	SIMAS / CRA5 RURAL	Londrina	car.tenor@londrina.pr.gov.br
02	Ido Gregório da S. Filho	SMAA	Londrina	idos.gregorio@londrina.pr.gov.br
03	Adriano Casco mini	SNOB	Londrina	adriano.casco@londrina.pr.gov.br
04	Lea Soares Nogueira	IRASA	Londrina	leasou@londrina.pr.gov.br
05	Edna K. Almeida	SME	Londrina	edna7799@gmail.com
06	Jose Luis de Silva	SME	Londrina	pro.pse@londrina.pr.gov.br
07	Miguel Gomes Colatto	Cooperativa	Londrina	1999195425
08	Paulo M. Aquino	SRP Londrina	Londrina	paub@quase@hotmail.com
09	Leonardo Sturion	UTFR	Londrina	leonardosturion@ufrpr.br
10	Felipe Cabreira	CASSOL	Londrina	felipe@cascol.com.br
11	Marcelo de Lencastre	SMAA-DDR	Londrina	marcelo@cascol.com.br
12	Yenny Saifut Dinor	FRA	Londrina	4399949571
13	Adriano Zambarini	CAEPIC/AEALD	Londrina	4399949571
14	ETON MARCEL S. LONGO	SUAA	LONDINA	4399949571
15				
16				
17				
18				
19				
20				



# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

## **ATA Nº 06/2022: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA –(CMDR)-----**

No sétimo dia do mês de julho de dois mil e vinte e dois, reuniram-se no Centro de Difusão e Tecnologia – CDT do IDR-PR-IAPAR-EMATER, às 14h00min, os membros do CMDR eleitos durante a 10ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, acontecida no dia onze de novembro de 2021, para realização de sua reunião ordinária, sendo os seguintes os assuntos de pauta: **1. Justificativas de ausência; 2. Aprovação da ata da reunião anterior; 3. Expediente; 4. Comunicação do Presidente; 5. Comunicação dos Conselheiros; 6. Ordem do Dia: Discussão a respeito da Seção II – Das Diretrizes, Artigo 3º do Regimento Interno do CMDR; apresentação de ofício tratando de desbloqueio de CPF para fins de emissão de DAP; 7. Palavra Aberta; 8. Encaminhamentos; 9. Encerramento.** O Presidente do CMDR, José Aparecido da Silva, dando as boas vindas agradeceu a presença de todos, e verificando a existência de quórum necessário iniciou a reunião informando as justificativas apresentadas pelo(a)s Conselheiro(a)s Sandra Aparecida Costa Ferrer, Sérgio José Alves, Ricieli de Sousa Oliveira Vicentin e Carla Danielli Vieira. Seguindo com a reunião, apresentou os assuntos propostos a serem discutidos e pôs em votação a aprovação da Ata da reunião anterior, tendo sido ambos aprovados pelos presentes. Não havendo Expediente seguiu com o item seguinte: Comunicação do Presidente manifestando a necessidade de recomposição da Diretoria Executiva em função da aposentadoria do Conselheiro Marcos Pedraci que exercia as atribuições de Secretário Geral, deixando implícito convite a que algum dos representantes do Poder Público se manifestasse quanto a assumir a Secretaria Geral do CMDR. Deu sequência com o item seguinte, Comunicação dos Conselheiros havendo se manifestado o Conselheiro Paulo Acquarole para comunicar sobre ter disponibilizado para conhecimento dos Conselheiros, através do grupo de aplicativo de mensagens, quanto a providências tomadas em relação a dois assuntos pendentes da reunião anterior que foram, ofício para a Secretaria de Saúde e um relatório sobre conversa havida com o IDR sobre a produção de óleo vegetal com finalidade de uso como combustível de maquinário agrícola na propriedade. Seguindo com a pauta, abriu o item Ordem do Dia fazendo breve relato quanto a uma necessidade, talvez pessoal, de melhor entendimento quanto a qual seja o papel do CMDR e dos encaminhamentos a serem dados, tomando como referência aspectos levantados em reuniões passadas, quanto a estudos a respeito do desenvolvimento rural, e se de alguma forma o CMDR ainda se encontre “patinando” apenas nas ideias sem estar efetivamente aplicando ou desenvolvendo as ideias. Assim procedeu leitura da Seção II que trata das Diretrizes, Artigo 3º do Regimento Interno do CMDR, e disponibilizou espaço para que, quem assim desejar, possa proceder da mesma forma, ou seja, reproduzir algum item das normas que regem o CMDR na perspectiva de obter uma melhor compreensão. Relatou que fora contatado, enquanto presidente do CMDR, para que, conjuntamente com outras entidades assinasse um documento, e que tal fato lhe havia gerado dúvidas quanto a seu papel, enquanto Presidente do CMDR, e do próprio Conselho, daí a busca de respostas no Regimento. Entendendo que o colegiado do CMDR é quem decide quanto as ações a serem

## **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

**Londrina – Paraná**

42 tomadas, e não o seu Presidente, é que solicitou que o assunto fosse discutido então, com  
43 os Conselheiro(a)s para, conforme o que fosse deliberado, desse os encaminhamentos.  
44 Passou a palavra à Conselheira Genny Seifert Santos que trouxe a conhecimento dos  
45 presentes o contido em ofício a ser encaminhado ao setor responsável pelo assunto DAP,  
46 em Brasília-DF, que trata de solicitação sobre desbloqueio de CPF para fins de emissão de  
47 DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, uma vez que o requerente, produtor rural, em  
48 decorrência de mudança para outro estado, em tempos passados, teve bloqueada a  
49 emissão de DAP, que é vinculada ao número de CPF da pessoa, e que, tendo retornado a  
50 Londrina, passou novamente a desenvolver suas atividades enquanto produtor rural. Assim,  
51 estava solicitando aos órgãos competentes no Município, IDR-PR e Sindicato dos  
52 Trabalhadores Rurais a emissão do documento. Verificado haver o status de bloqueio para  
53 aquele CPF, os órgãos competentes no Município estavam solicitando, através do ofício,  
54 junto à Secretaria da Agricultura Familiar, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura,  
55 Pecuária e Abastecimento - MAPA, em Brasília/DF, o desbloqueio do mesmo para que o  
56 produtor pudesse ser novamente considerado apto a postular por recursos a serem  
57 empregados no desenvolvimento de suas atividades. Explicou que o bloqueio é medida a  
58 ser tomada quando se verifica situações como abandono de atividade, mudança de  
59 Município, quando se afere renda superior ao que é estipulado na caracterização de  
60 agricultor familiar, dentre outras, o que não é impeditivo para que a condição de aptidão seja  
61 restabelecida, desde que seja atestada por órgão competente no Município, que no caso em  
62 questão foi feito pelo IDR-PR. Teve por finalidade a apresentação da Conselheira Genny,  
63 dar conhecimento do caso ao CMDR por este ter como atribuição, fazer o controle social  
64 relacionado à emissão das DAP's no Município Houve manifestações de alguns  
65 Conselheiros que entenderam não verem óbices a que o CMDR, na pessoa do seu  
66 Presidente, assinasse o ofício conjuntamente. Outros se manifestaram com entendimento de  
67 que não seria atribuição do CMDR fazer a solicitação conjuntamente com o IDR/PR e o  
68 Sindicato dos Trabalhadores Rurais uma vez que bastaria o atestado emitido por eles, ou  
69 um deles, para que ficassem comprovados os requisitos necessários ao enquadramento do  
70 requerente como agricultor familiar. Após outras manifestações, chegou-se ao consenso de  
71 que o CMDR assinaria o ofício constando a observação de que o Conselho se manifestava  
72 ciente da solicitação de desbloqueio de CPF, conforme relatado, em razão do laudo emitido  
73 pela profissional, responsável técnica, pelo caso. Item seguinte da pauta – Palavra Aberta o  
74 Conselheiro Paulo Acquarole trouxe recado encomendado para que informasse aos  
75 Conselheiros que os serviços de pavimentação com pedras irregulares na estrada do  
76 Guairacá haviam sido concluídos. Resgatou pendências de reuniões passadas questionando  
77 quanto aos encaminhamentos a serem ou que foram dados referindo-se à falta de  
78 comunicação entre os gestores do sistema de saúde do Município e do Estado e sobre a  
79 produção de óleo de soja para aplicação como combustível de máquinas agrícolas na  
80 propriedade rural, e também quanto ao que observou às margens da estrada rural conhecida  
81 por gaviãozinho, que fora aberta por alguém, a princípio desconhecido, uma de vala que se  
82 supõe, teria a finalidade de conduzir águas da estrada até um ribeirão próximo, incorrendo  
83 em possível dano ambiental. Como encaminhamento ficou acertado que o CMDR

## **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

**Londrina – Paraná**

84 encaminhará às Secretarias Municipais questionamento quanto ao apresentado. Na  
85 sequência, solicitou a palavra o Conselheiro Irineu Zambaldi informando que terceiros, não  
86 autorizados, estão atuando em nome da ANPARA – Associação Norte Paranaense  
87 Revendedores Agroquímicos, principalmente em Londrina, recolhendo embalagens vazias  
88 de produtos agroquímicos, emitindo inclusive documentos em seu nome, alegando que  
89 serão levadas para a entidade. Entende que tal procedimento seja com fins de reciclagem  
90 clandestina. Informa ser essa uma ação que não é realizada por ela, pois a ANPARA não vai  
91 até a propriedade para resgatar tais embalagens. Disse que há um calendário pré-  
92 estabelecido e locais definidos, momento em que a entidade faz o recolhimento, por meio de  
93 seus funcionários, devidamente uniformizados e identificados, das embalagens que o  
94 produtor levar até aquele ponto de coleta. Ressalta quanto a possibilidade de cometimento  
95 de crime ambiental da parte do produtor rural caso, em diligência se consiga associar a  
96 embalagem ao produtor. Assim solicita aos(às) Conselheiro(a)s que caso se deparem com  
97 essa situação procurem fazer algum registro, fotos se possível, anotação de placas dos  
98 veículos, e denunciar, e que estando em contato com produtores, os alertem para não  
99 procederem a entrega das embalagens a pessoas que forem até a sua propriedade. O  
100 Conselheiro Miguel Gomes Celestino trouxe a informação de que, decorrente de projeto de  
101 lei apresentado pela Vereadora Lu Oliveira, cerca nove mil cestas básicas com produtos  
102 adquiridos da Agricultura Familiar serão distribuídas a pessoas carentes e cujos custos  
103 serão absorvidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. Fazendo  
104 memória das discussões havidas na reunião, o Presidente citou a deliberação apenas pela  
105 ciência no ofício a ser encaminhado ao MAPA solicitando o desbloqueio do CPF para fins de  
106 emissão de DAP, e o envio de ofícios às Secretarias Municipais de Saúde, de Agricultura e  
107 Abastecimento e do Ambiente em relação aos assuntos apresentados pelo Conselheiro  
108 Paulo Acquarole sobre a falta de comunicação entre os gestores dos sistemas de saúde  
109 municipal e estadual e a abertura de vala à margem de estrada rural. Não havendo mais  
110 assuntos a tratar o Presidente do CMDR José Aparecido da Silva, agradeceu a presença e  
111 participação dos Conselheiros, dando por encerrada a reunião. Eu, Elton Manoel Sacoman  
112 Longo, a pedido do Presidente do CMDR, lavrei esta ata, que aprovada pelos Conselheiros,  
113 vai assinada à parte em lista de presença.

# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina - Paraná

"A aplicação democrática consistente e eficiente da política agrícola municipal é função da participação ativa de nossas lideranças"

## LISTA DE PRESEÇA- REUNIÃO ORDINÁRIA - 04/08/2022

SALA D, CDT, às 14h00

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO/ENTIDADE	CIDADE	EMAIL/TEL.
01	Paula M. AQUINO	SRP / SINDIAB	Londrina	Paula.aquino@londrina.com
02	Leonardo Storzem	UTFPR	Londrina	Leonardo.storzem@utfpr.edu.br
03	Jose Antonio Silva	SME	Londrina	pro.joseluisilva@gmail.com
04	Jose Carlos de Almeida	ASMS	Londrina	5955500@gmail.com
05	Silvia Helena	SMA	Londrina	
06	Isabel Cristina	SMA	Londrina	
07	Marcelo Pagotto Carmine	SMOP / PML	Londrina	marcelo.carmine@londrina.pr.gov.br
08	Paula Regina	ASMS	Londrina	Paula.Regina@londrina.pr.gov.br
09	Paula Cesar Dolipina	SEMA/PML	Londrina	Paula.dolipina@londrina.pr.gov.br
10	Miguel Gomes Celestine	CODOPDC	Londrina	996220315
11	Marcelo de Lima	SMAA-DDR	Londrina	999802365
12	Edna Lúcia Almeida	SMC	Londrina	999721734
13	IRINEU ZAMBARDI	CREAPP REALD	LDA.	999985232
14	André Costa Junior	Rel. Ville	Londrina	
15				
16				
17				
18				
19				
20				

# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

## 1 **ATA Nº 07/2022: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE** 2 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA –(CMDR)-----**

3 No quarto dia do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, reuniram-se no Centro de Difusão  
4 e Tecnologia – CDT do IDR-PR-IAPAR-EMATER, às 14h00min, os membros do CMDR  
5 eleitos durante a 10ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, acontecida no dia  
6 onze de novembro de 2021, para realização de sua reunião ordinária, sendo os seguintes os  
7 assuntos de pauta: **1. Justificativas de ausência; 2. Aprovação da ata da reunião**  
8 **anterior; 3. Expediente; 4. Comunicação do Presidente; 5. Comunicação dos**  
9 **Conselheiros; 6. Ordem do Dia: Discussão da Lei Estadual sobre instalação de aterros**  
10 **sanitários; 7. Palavra Aberta; 8. Encaminhamentos; 9. Encerramento.** O Presidente do  
11 CMDR, José Aparecido da Silva, dando as boas vindas agradeceu a presença de todos, e  
12 verificando a existência de quórum necessário iniciou a reunião informando as justificativas  
13 apresentadas pelo(a)s Conselheiro(a)s Caroline Tomaz Sakakura, Mileni Alves Secon, Paulo  
14 Roberto Mrtvi e Adriano Giacomini Seguindo com a reunião, apresentou os assuntos  
15 propostos para a reunião pondo em votação, e na sequência a Ata da reunião anterior, tendo  
16 sido ambos aprovados pelos presentes. Item seguinte, Expediente, o Conselheiro Paulo  
17 Acquarole trouxe a questão dos ofícios a serem encaminhados às Secretarias do Ambiente,  
18 Saúde e Agricultura e Abastecimento. Não havendo comunicados da parte do Presidente e  
19 nem dos Conselheiros abriu a pauta seguinte, Ordem do Dia, passando a palavra para o  
20 Conselheiro Paulo Acquarole que trouxe para conhecimento, notícia publicada no jornal  
21 Folha de Londrina relatando que o Governador do Estado havia vetado artigos de Lei  
22 Estadual aprovada na Assembleia Legislativa, que trata de novo regramento para aterros  
23 sanitários e tratamento de resíduos, inclusive permitindo que lixo, de diversas origens  
24 advindo de outros Estados possam ser recebidos pelo Estado do Paraná, e que iria insistir  
25 na manutenção dos vetos ante o risco de serem “derrubados” pelos Deputados. Manifestou  
26 sua preocupação pois ao que lhe pareceu, aterros sanitários poderiam ser instalados em  
27 áreas próximas aos cursos d’água mais ainda por ser muito provável que a instalação de um  
28 aterro sanitário, se ou quando for o caso, se dê na área rural do Município e que, se  
29 obedecidas as mesmas distâncias exigidas aos proprietários de imóveis rurais relativas às  
30 áreas de Preservação Permanente, para atendimento ao previsto no “Código Florestal”,  
31 poderiam causar sérios danos ambientais dado o elevado potencial poluidor do lixo. Sugeriu  
32 que o assunto seja estudado e discutido, com eventuais consultas a quem de competência,  
33 visando a propositura, por parte do CMDR, de alterações às leis, conforme se entender  
34 necessárias, como precaução a possíveis ações visando a instalação de aterros sob tais  
35 condições. Houve uma informação extraoficial de que a Assembleia Legislativa havia  
36 recuado quanto a “derrubada” dos vetos, dentre eles o que permite o recebimento de lixo de  
37 outros Estados. Assim ficou acordado que o CMDR fará acompanhamento da matéria e à  
38 medida que houver novas movimentações serão trazidas à discussão no plenário, tendo sido  
39 da concordância dos presentes. Seguindo com a pauta abriu o item Palavra Aberta tendo se  
40 manifestado o Conselheiro Paulo Acquarole no sentido de sejam desenvolvidas discussões  
41 relacionadas aos recursos orçamentários disponibilizados pelo Município à Secretaria

## CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

42 Municipal de Agricultura e Abastecimento. Acompanhar a evolução do que é destinado em  
43 relação ao que se tem arrecadado, investimentos realizados, custeio, etc. Quais seriam os  
44 planos da Secretaria e quais as destinações desses recursos, como são aplicados e que  
45 para isso fossem encaminhados pedidos para obtenção dessas informações. Conselheiros  
46 se manifestaram sobre a matéria e ao final houve a sugestão de que o assunto seja melhor  
47 estudado e apresentado em plenário para então dar-se os encaminhamentos devidos. Na  
48 sequência o Conselheiro Marcio Urbaneja, a pedido da Secretaria Municipal de Agricultura e  
49 Abastecimento, apresentou aos Conselheiros manifestação da Secretaria Municipal de  
50 Planejamento, Orçamento e Tecnologia que sugere que os recursos depositados no Fundo  
51 Municipal de Desenvolvimento Rural tenham que ser aplicados em sua totalidade ainda  
52 durante o exercício de 2022. Trouxe informação da Gerência Financeira da SMAA, que ante  
53 as limitações de recursos disponíveis indica que o recurso seja aplicado em despesas de  
54 custeio (diesel, pneus, manutenções, etc). Informou que há uma solicitação de substituição  
55 dos equipamentos, já bem depreciados, utilizados na aplicação do conhecido PDR que  
56 presta serviços subsidiados ao produtor rural como preparo de solo, roçagem, subsolagem,  
57 dentre outros, e que são hoje a principal fonte de recursos para o FMDR, encontrando-se em  
58 fase de orçamentação. Houve uma terceira sugestão da parte dos Conselheiros para que o  
59 recurso possa ser aplicado na contratação de projetos de desenvolvimento rural com vistas  
60 à captação de recursos e implantação dos mesmos ao longo do tempo. Os Conselheiros se  
61 posicionaram favoravelmente à ideia. Houve várias manifestações e entendeu-se que o  
62 recurso deva ser aplicado ou na substituição dos equipamentos ou na aquisição de projetos,  
63 mas não na aplicação em custeio da SMAA. O Presidente sugeriu uma comissão para ir  
64 conversar com o Secretário de Agricultura no sentido de apresentar a proposta de aplicação  
65 dos recursos em projetos que ficou assim constituída: Presidente José Aparecido da Silva e  
66 os Conselheiros Leonardo Sturion, José Carlos Vitorino, Miguel G. Celestino e Márcio  
67 Urbaneja. O Conselheiro Sergio Alves se ofereceu a fazer contato com o SEBRAE na busca  
68 de informações sobre o desenvolvimento da ideia. Assim ficou de o Presidente, após  
69 conversa com o SEBRAE, solicitar uma agenda com o Sr. Secretário de Agricultura e  
70 comunicar os demais membros da Comissão formada. Encerradas as discussões, o  
71 Secretário Executivo do CMDR, Elton Longo, pediu a palavra para apresentar algumas  
72 informes protocolares: sobre lei sancionada, de iniciativa do Deputado Cobra Repórter, que  
73 concede o Título de Capital Estadual da Agrotecnologia ao Município de Londrina, Lei  
74 Estadual Nº 11.218 de 15 de julho de 2022, e que o CMDR havia recebido ofício da  
75 Coordenação Administrativa do Ministério Público do Estado do Paraná, dando publicidade  
76 às ações de correições, informando que no período de 22 a 26 de agosto de 2022, as 5ª, 6ª,  
77 11ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 21ª 23ª, 25ª, 28ª, 29ª e 30ª unidades de Promotoria de  
78 Justiça estariam sendo submetidas às respectivas correições ordinárias. Não havendo mais  
79 assuntos a tratar o Presidente do CMDR José Aparecido da Silva, agradeceu a presença e  
80 participação dos Conselheiros, dando por encerrada a reunião. Eu, Elton Manoel Sacoman  
81 Longo, a pedido do Presidente do CMDR, lavrei esta ata, que aprovada pelos Conselheiros,  
82 vai assinada à parte em lista de presença.

# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina - Paraná

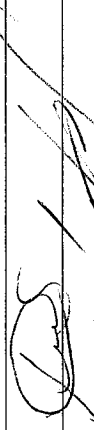






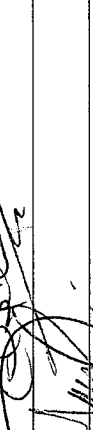

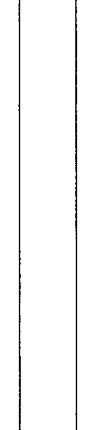



## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

### LISTA DE PRESENÇA

• Local: Centro de Difusão e Tecnologia – IDR/PR-IAPAR-EMATER

Dia: 03/11/2022

• Horário: 14h00min.

	NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
1.	Carla (Aparecida)	FREZA	
2.	James Aparecido Costa - 17R	EL. VIVE	
3.	Adriano Brancisco Tenreiro	17R	
4.	Paulo M. AQUINO	SRPL	
5.	Georgina S. Santos	FDR - PR	
6.	Miguel James Celestino	COLÔNIA COROADO	
7.	PAULO ZAMBARDI	AEA - LD / CREA PR	
8.	Guilherme Geroncini	SMOP	
9.	Laurine Azevedo	SEMA	
10.	Dr. H. W. W. W.	IDR Pesquisa	
11.	Carla Danielle V. Furtado	ASMS	
12.	EDU MAROZZI S. LONGO	SMAA - DM	
13.	João Aparecido da Silva	SMC	
14.			
15.			
16.			
17.			

# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

## **ATA Nº 08/2022: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA –(CMDR)-----**

No terceiro dia do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, reuniram-se no Centro de Difusão e Tecnologia – CDT do IDR-PR-IAPAR-EMATER, às 14h00min, os membros do CMDR eleitos durante a 10ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, acontecida no dia onze de novembro de 2021, para realização de sua reunião ordinária, sendo os seguintes os assuntos de pauta: **1. Justificativas de ausência; 2. Aprovação da ata da reunião anterior; 3. Expediente; 4. Comunicação do Presidente; 5. Comunicação dos Conselheiros; 6. Ordem do Dia: Financiamento para impressão de cartilha referente a emissão de Nota do Produtor Rural; 7. Palavra Aberta; 8. Encaminhamentos; 9. Encerramento.** O Presidente do CMDR, José Aparecido da Silva, dando as boas vindas agradeceu a presença de todos, e verificando a existência de quórum necessário iniciou a reunião informando que, ante algumas incertezas quanto a se realizar a reunião ordinária programada, muitos dos Conselheiros não manifestaram as justificativas, no entanto os Conselheiro(a)s, João Gregório da Silva Filho, Paulo Roberto Mrtvi, Marcio de Lima Urbaneja, Marcelo Peluso, Caroline Tomaz Sakakura justificaram suas ausências . Seguindo, apresentou os assuntos propostos para a reunião pondo em votação, e na sequência a Ata da reunião anterior, tendo sido ambos aprovados pelos presentes. Item seguinte, Expediente, informou aos Conselheiro(a)s que a Secretaria Executiva, através do aplicativo de mensagens, encaminhou convite feito pela Câmara Municipal para participação dos interessados na Audiência Pública a discutir Projeto de Lei que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Londrina para o exercício financeiro de 2023, a popular LOA. Foi solicitado verificar junto à Câmara Municipal, a atualização de dados, em particular da Presidência do Conselho, pois correspondências estavam sendo ainda encaminhadas em nome da gestão anterior. Não havendo inscritos para o item Comunicação do Conselheiros seguiu com a Ordem do Dia, relatando aos presentes solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, para que o Conselho discutisse a possibilidade de o FMDR financiar a confecção de cartilhas orientativas ao produtor rural para emissão de nota fiscal eletrônica, meio a ser implantado pela Secretaria de Estado da Fazenda em substituição às formas impressas. Foi feita uma resumida apresentação do mecanismo definido pela Fazenda estadual e que o propósito das cartilhas, em que pesasse haver a possibilidade de disponibilização de seu conteúdo em meio digital, seria para oferecer uma forma de recurso para aqueles que ainda tivessem um forte vínculo ou a necessidade de ter um “papel” em mão para se orientar. Houve manifestações de alguns Conselheiros quanto aos custos, solicitando a apresentação de orçamentos, formas de pagamento, quantidade pretendida, e de se verificar quanto haver previsão legal para que o FMDR pudesse atender esse tipo de demanda. Manifestações também quanto as dificuldades de se encontrar sinal de internet na área rural para se fazer uso do aplicativo, e que essa exigência poderia causar restrições na operacionalização dos processos de produção, especialmente na comercialização dos produtos que saem das propriedades caso não sejam implantadas melhorias nesse sentido, retomando-se discussões anteriores quanto a generalizada falta de infraestrutura no meio



## **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA**

**Londrina – Paraná**

42 rural. Houve sugestão no sentido de que a Fazenda Estadual se comprometa de alguma  
43 forma a não impor sanções aos produtores nos casos em que a emissão da nota fiscal não  
44 seja possível pela ausência de sinal. Questionou-se também quanto o papel do Estado em  
45 oferecer infraestrutura e também uma segunda opção para o caso de se enfrentar tal  
46 limitação. Foi sugerido que a SMAA possa disponibilizar um servidor para orientar os  
47 produtores quanto a todo o processo de emissão da Nota Fiscal de Produtor auxiliando  
48 inclusive na realização de cadastro e emissão de nota. Também que a Receita Estadual seja  
49 oficiada quanto a realidade enfrentada pelo meio rural em relação à dificuldade de sinal de  
50 internet, e se haverá a possibilidade de se trabalhar num modo offline, ou seja, que a falta de  
51 sinal não seja um limitador para a emissão da nota, sendo esta uma possibilidade concreta a  
52 ser considerada. Foi sugerido que a cartilha seja divulgada em meio digital como forma mais  
53 abrangente de divulgação, com menor custo e acesso facilitado aos interessados. Ficou  
54 como proposição oficial a Receita Estadual quanto as dificuldades observadas e quais  
55 alternativas a elas, e a oferta de mais de uma opção (eletrônica e manual). Próximo assunto  
56 versou sobre apresentação das respostas oficiais oferecidas pelas Secretarias Municipais de  
57 Saúde e do Ambiente quanto aos questionamentos feitos a elas conforme Ofícios  
58 encaminhados pelo CMDR. Houve diversas manifestações dos presentes, demonstrando  
59 suas indignações principalmente relacionadas à falta de objetividade dos órgãos públicos,  
60 especialmente quanto ao estabelecimento de regramentos burocráticos, muitos deles sem a  
61 participação daqueles que estarão sujeitos ao cumprimento das regras. O Conselheiro Paulo  
62 Acquarole solicitou que os documentos sejam disponibilizados. Foi solicitado também que  
63 seja verificado, e eventualmente atualizado, o grupo de aplicativo de mensagem para que  
64 estejam relacionados apenas os membros ativos do Conselho. O Presidente fez um relato  
65 acerca das circunstâncias que não permitiram a realização das reuniões ordinárias relativas  
66 aos meses de setembro e outubro, por danos provocados por fortes chuvas e ventos, e falta  
67 de quórum, respectivamente, coincidindo com muitas agendas não programadas da parte de  
68 vários Conselheiros, inclusive dele próprio, num certo mea-culpa, como resgate da  
69 cumplicidade com as causas do meio rural. Não havendo mais assuntos a tratar o  
70 Presidente do CMDR José Aparecido da Silva, agradeceu a presença e participação dos  
71 Conselheiros, dando por encerrada a reunião. Eu, Elton Manoel Sacoman Longo, a pedido  
72 do Presidente do CMDR, lavrei esta ata, que aprovada pelos Conselheiros, vai assinada à  
73 parte em lista de presença.

# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA
















Londrina – Paraná

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

### LISTA DE PRESEÇA

- Local: Centro de Difusão e Tecnologia – IDR/PR-IAPAR-EMATER
- Horário: 14h00min.

Dia: 09/02/2023

Nº	NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
1.	Joé Aze do Silva	SME	
2.	Waldo Danielle Viana Fontine	ASMS	
3.	Isabela dos Santos	GRUPO NIP	
4.	Francisco Vilhena	IBRE	
5.	Francisco Marcos de Almeida	STR	
6.	JOAO EVANGELIO SILVA	SM AA	
7.	Faure Gebru de Almeida	SEMA	
8.	RUIELLI VALENTIM	AGRIC....	
9.	Caroline Tenor Jokatuna	SMAS - CRIS RURAL	
10.	GOICHENANE CASANOVA JR	SM AA - SUPLENTE	
11.	PAULO M. Azevedo	SRP	
12.	Miguel Gomes Cabral	Agricultores	
13.	Silvano Cabral	Cooperativas	
14.	Eden Moura dos Santos	SM AA	
15.	Isabela dos Santos	SM AA	
16.			
17.			